



Apresentação

Presentation

Arthur Coelho Bezerra^{*}

Ivan Capeller^{**}

Marco Schneider^{***}

O presente dossiê foi motivado pelo espanto resultante das grandes mobilizações que tomaram o Brasil em 2013 e pela curiosidade de entender melhor seu significado. Diante da necessidade de uma compreensão mais precisa do sentido político concreto que se pode atribuir aos eventos em pauta, promovemos, ainda em 2013, o ciclo de debates REDES, RUAS, MÍDIAS. Este foi realizado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano da Universidade Federal Fluminense (PPGMC-UFF)¹ e a Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO-UFRJ), nos últimos meses do ano passado, sob a forma de mesas-redondas seguidas de um debate em cada uma destas instituições. No primeiro debate, realizado no auditório do IbiCT em setembro de 2013, tentamos estabelecer uma cartografia das múltiplas bandeiras sociais, políticas e culturais levantadas ao longo desse ciclo de protestos; o segundo debate, realizado na UFF em outubro do mesmo ano, concentrou-se na questão de uma possível reforma política a ser conduzida (ou não) por uma assembleia nacional constituinte exclusiva, enquanto o terceiro debate propôs uma discussão sobre a violência nas manifestações. Este último aconteceu no auditório do CFCH/UFRJ em novembro de 2013 e, em seguida, a convite de Sarita Albagli, surgiu a ideia da publicação deste dossiê.

Buscou-se aqui reunir reflexões originais sobre as mobilizações, considerando, em particular, as conexões entre as redes digitais, a ocupação das ruas e as mídias convencionais; metodologias de estudo dos fluxos informacionais; as mídias alternativas; a cartografia das “bandeiras”; a violência e a repressão; o debate

^{*} Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pesquisador adjunto do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI-IBICT/UFRJ). Pesquisador do Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (NECVU-UFRJ). Endereço: Rua Lauro Muller, 450 – 4º andar – Botafogo – 22290-160 – Rio de Janeiro – RJ. Telefone (21) 2275-0321. E-mail: arthurbezerra@ibict.br

^{**} Doutor em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO-UFRJ) e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI-IBICT/UFRJ). Endereço: Rua Alberto de Campos, 10A/1804. Telefone: (21) 99305-4547. E-mail: ivan.capeller@eco.ufrj.br

^{***} Doutor em Comunicação pela Universidade de São Paulo. Pesquisador adjunto do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI-IBICT/UFRJ) e do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano da Universidade Federal Fluminense (PPGMC-UFF). Endereço: Rua Lauro Muller, 455 – 4º andar – 22290-160 – Rio de Janeiro – RJ. Telefone : (21) 2275-0321. E-mail: marcoschneider@ibict.br

¹ Registramos nosso agradecimento à Professora Ana Paula Bragaglia, da UFF, que idealizou o ciclo de debates conosco e participou ativamente de sua realização.

político suscitado; semelhanças e diferenças com episódios do mesmo teor ocorridos nos últimos anos em outros países.

De dezenas de artigos submetidos, foram selecionados aqueles que melhor se adequaram à proposta do dossiê e que, no nosso entender, oferecem as contribuições mais ricas para o aprofundamento da compreensão dos temas em questão.

Em função de suas próprias especificidades, os textos foram divididos em três grupos distintos. No primeiro grupo, intitulado *Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura*, reunimos quatro textos de escopo mais amplo que procuram situar as recentes manifestações e protestos ocorridos no Brasil no quadro global dos processos econômicos e dos movimentos sociais deste início do século XXI, considerando suas possibilidades de articulação social e mobilização política através da internet e das novas mídias. O segundo grupo de textos, reunidos sob a rubrica geral *Crise da Representação e Novas Redes Sociais*, aborda aspectos mais específicos do processo social e político em curso no Brasil, ressaltando os diferentes modos como duas grandes crises contemporâneas da representação – a crise da representação política e a crise da representação midiática – aproximam-se e afastam-se em nosso país, rearticulando-se em novos agenciamentos e configurações ideológicas. Por fim, o terceiro grupo aborda as *Novas e Velhas Mídias*, meios de representação mais ou menos fiéis dos eventos em questão e dispositivos de mobilização das multidões e/ou de intervenção direta no curso dos acontecimentos, indagando tanto suas reais possibilidades estratégicas, enquanto instrumentos de organização política, quanto os riscos de manipulação econômica e desvio político-ideológico inerentes às novas redes sociais.

1. ECONOMIA POLÍTICA DA INFORMAÇÃO, DA COMUNICAÇÃO E DA CULTURA

O instrumental teórico da Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura é empregado por Bolaño e Cabral para analisar as grandes mobilizações populares ao redor do mundo nas últimas duas décadas, com ênfase naquelas ocorridas no Brasil em 2013, situando-as no quadro mais amplo das mudanças estruturais do modelo de acumulação capitalista ao longo do último século. Segundo os autores, a característica central dessas mudanças é a intensificação da subsunção do trabalho intelectual ao capital, marca da terceira revolução industrial microeletrônica. Tal processo teria contribuído de modo decisivo para a reconfiguração das formas convencionais de organização e luta do trabalho contra o capital. Algumas dessas novas formas são analisadas aqui, considerando sua história, suas demandas, seus limites e seu dinamismo, com uma atenção especial voltada ao papel aí desempenhado pelas novas tecnologias da informação.

Dantas, Canavarro e Barros, também na perspectiva analítica da Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura, demonstram como o ativismo em rede, mesmo em suas formas mais contestadoras e a despeito das intenções de seus praticantes, acaba convertendo-se em fonte de lucro para as empresas que disponibilizam gratuitamente seus serviços. Deste modo, partindo das categorias marxianas de trabalho vivo e trabalho morto, os autores argumentam que os algoritmos de Google, Facebook e Purpose (que financia o Avaaz), ao reduzirem o trabalho vivo – qualitativo e concreto, da informação produzida nas redes – a trabalho morto, na forma de dados quantitativos, abstratos, convertem simultaneamente valor de uso em valor de troca, criando assim as condições para a monetização do trabalho semiótico informacional de bilhões de usuários. Estes, por

sua vez, não se veem trabalhando, quando, efetivamente, estão. Em meio a esse processo, mediante vultosos financiamentos e sofisticadas filtragens, perpetua-se a hegemonia da agenda liberal. O trabalho apresenta ainda uma análise da página do coletivo “Rio na Rua” no Facebook.

Cammaerts e Jiménez-Martínez consideram os protestos de junho de 2013 no Brasil como uma oportunidade de explorar a relação altamente dinâmica entre a mídia e os protestos sociais em nossa época. Enquanto as representações fornecidas pela mídia tradicional acerca dos protestos continuam importantes, o conceito de mediação atravessa as fronteiras entre produção e recepção e coloca novas práticas de auto-mediação na ordem do dia. Ao considerar as estruturas de oportunidade de mediação como uma tríade composta pela mídia tradicional, por estruturas de oportunidade discursivas e por estruturas de oportunidade organizadas em rede, os autores propõem um modelo de análise das manifestações ocorridas no Brasil, em 2013, em que são levadas em conta as bandeiras e temas levantados pelos protestos, suas estratégias *online* e *offline* de manifestação performática, bem como suas práticas de automediação, representação pela grande mídia e a ressonância do movimento, dentro e fora das redes. A conclusão apresentada é a de que os recentes movimentos de protesto, seja na Espanha, nos EUA, na Turquia, no Brasil ou alhures, têm dificuldade de sustentação a longo prazo, o que pode ser explicado pela “falta de uma narrativa convincente que sintetize a pletora de visões diagnósticas e prognósticas disseminadas por estes movimentos”. Além disso, os autores creem que a abordagem performática dos protestos e a ênfase em seu caráter simbólico apresentam “o risco de transformar a penetração nas agendas política e midiática tradicionais no objetivo principal, quando na verdade este é apenas o momento em que a luta por mudança social se inicia”.

Ao ressaltar a necessidade de articulação de uma estratégia política emancipatória para a revolta popular, Schneider, Perissé e Kleinsorgen encerram a primeira sessão deste dossiê corroborando a atitude de prudência em relação às novas mídias e ao ativismo em rede demonstrada por seus demais autores. A partir de uma análise cerrada da forma com que a legislação brasileira promove e mantém os principais meios de comunicação do país concentrados nas mãos de poucas famílias, constata-se a crise de credibilidade da mídia tradicional e propõem uma nova visão da potencialidade política das novas redes sociais. Esta última não residiria realmente ou tão somente em seu caráter instrumental e imediatista de mobilização da multidão através do ativismo performático, mas sim em sua maior ou menor capacidade de articular, globalmente, estratégias econômicas, políticas e culturais de superação da ordem capitalista mundial. Aplicando o conceito gramsciano de “aparelhos privados de hegemonia” à Internet, os autores revisitam, em sua conclusão, o problema do agente social capaz de articular as forças sociais emancipatórias em um bloco de poder contra-hegemônico a partir da posição central que o trabalho imaterial adquire na chamada sociedade pós-industrial. Ocuparia o “ciber-trabalhador” atual a mesma posição estratégica de oposição estrutural à lógica cumulativa do capital em que estava o operário fabril de outrora?

Constata-se assim, ao fim da seção, a profunda crise dos sistemas de representação política e midiática em nossa sociedade - tanto nacional quanto internacionalmente, tanto à esquerda quanto à direita do espectro político e cultural. Ambos os aspectos dessa crise são discutidos na segunda seção deste dossiê.

2. CRISE DA REPRESENTAÇÃO E REDES

Santos abre a seção com uma breve descrição dos protestos de junho de 2013 para traçar, sob o olhar da ciência política, algumas explicações para os protestos e avaliar o que as manifestações trouxeram de novo ao repertório sócio-político do país. Relativizando o papel das redes sociais no sucesso dos protestos, o autor realça o caráter eminentemente político da crise de representação no Brasil e insere o ciclo de manifestações de 2013 no contexto mais amplo dos conflitos sociais e das disputas por poder dentro da democracia brasileira.

Em sintonia com esta análise, de Souza e de Lima investigam as grandes mobilizações de 2013, à luz da hipótese, de ampla circulação, da crise da democracia representativa, no mundo e no Brasil, em conexão com as novas formas de se fazer política nas redes sociais. Partindo de uma problematização geral da própria noção de democracia, os autores descrevem as diversas blindagens existentes entre nós para uma maior participação no processo representativo daqueles que não se sentem devidamente contemplados pelas representações partidárias existentes. A falta de canais de comunicação institucionais adequados revela a “surdez” ou a dificuldade de decodificação dos representantes em relação à variedade e ao dinamismo dos clamores dos representados, destacando aqueles que se manifestam nas redes sociais. Discutem, também, a relação entre ativismo online e *offline*, sugerindo que a ida às ruas do Brasil em 2013 teria sido motivada, sobretudo, pela ausência de respostas dos representantes às inúmeras e significativas manifestações online dos representados.

De Ávila e Monteiro apresentam considerações acerca dos protestos de junho sob a perspectiva da Análise Institucional. Lançando um olhar micropolítico aos eventos do ano passado, os autores propõem uma análise assumidamente implicada que entremeia a memória subjetiva e militante dos acontecimentos a uma grade conceitual capaz de abarcar as abissais contradições que atravessam tanto a sociedade civil quanto o Estado, ressaltando as novas formas de produção de subjetividade em sua conexão com o espaço urbano das grandes cidades contemporâneas.

Articulando filosofia política e filosofia da linguagem, Capeller passa um pente fino nas contradições ideológicas que emergiram das mobilizações em pauta neste dossiê, com ênfase em sua complexa dialética de reflexos, agendas e agenciamentos, que atravessa redes, ruas e mídias. O autor denuncia, em particular, a confusão das leituras correntes em torno dos *Anonymous* e da tática *black bloc*, que seriam fenômenos muito diferentes. A perscrutação da anatomia, da dinâmica, das estéticas e da ética da violência, entendida como sintoma de um impasse político e discursivo atual, é o fio condutor da análise, desenvolvida à luz dos conceitos “violência divina”, de Benjamin, “poder constituinte”, de Negri, e “estado de exceção”, de Agamben.

Partindo de uma crítica à falta de uma objetividade reivindicatória mais profunda no contexto das manifestações que levaram milhões de brasileiros às ruas, Mota questiona os rumos que o movimento tomou e suas reais condições de oferecer alternativa para o modelo de sociedade que se busca. O autor aponta que as novas tecnologias da comunicação, tendo a internet como lugar simbólico, não são capazes de fornecer qualquer garantia de que se está promovendo as transformações que historicamente se apresentam como necessárias.

Em seu artigo, Cocco destaca os desencaixes entre as massas de manifestantes e o Partido dos Trabalhadores que, ao construir um pacto de governabilidade em torno

da homologação de uma nova classe média, deixou de lado as promessas de um horizonte mais solidário, apagado por um perfil desenvolvimentista de caráter neoliberal. A dificuldade – não apenas do PT, mas dos partidos de esquerda em geral – de compreender a insatisfação dos manifestantes em um momento que se supunha virtuoso, já que a economia brasileira aguentou os trancos da crise do capitalismo mundial de 2008, nos lembrou a descrição do conflito de gerações, observado pelo historiador Eric Hobsbawm, durante os “anos dourados” vividos nos Estados Unidos na segunda metade do século passado. É que os jovens daquele tempo, não tendo vivido os horrores da guerra e sofrido os impactos de uma economia destruída, puderam viver o movimento hippie e lançar-se às ruas (contra a guerra do Vietnã, por exemplo) sem o temor da geração anterior. De maneira semelhante, em um contexto de economia estabilizada e um governo que se diz democrático, as “gerações de jovens que só conheceram o Brasil de Lula” insurgiram-se não apenas contra a precarização dos serviços públicos, mas também contra a miopia das autoridades perante os direitos de grupos específicos, como indígenas, negros, LGBT, mulheres e pobres.

O “divórcio entre as ruas e a política” também é problematizado no artigo de Moretzsohn, que, assim como Cocco, destaca a participação de diversos grupos minoritários nas mobilizações populares e a rejeição a lideranças, fator que é levado ao extremo pela tática black bloc (cuja adoção da “ação direta” é problematizada pela autora) de interditar a própria identificação de seus participantes. Além disso, Moretzsohn enfatiza o papel das tecnologias digitais na arregimentação das massas em torno dos atos de protestos, com o cuidado de lembrar que, em meio à cacofonia da internet, também são encontradas as forças políticas organizadas, tanto da esquerda quanto da direita, que se adaptam à lógica das redes sociais virtuais para alcançar objetivos nem sempre explicitados.

Tais objetivos ocultos, vale lembrar, não são exclusividade de partidos e movimentos sociais; também os encontramos junto a grupos de comunicação e jornalismo, como os diversos coletivos midiativistas e os jornais, rádios, páginas virtuais e canais de TV de grandes empresas, segmento este geralmente descrito como “mídia de massa”, “grande mídia”, “mídia hegemônica” e “a mídia corporativa”. O último termo é utilizado no artigo de Castilho e Lima para explicitar o fato de que, ao organizar-se em torno de um determinado olhar e de um determinado sentido sobre um acontecimento, a mídia corporativa opera como porta-voz da construção do imaginário social coletivo. A partir da análise de manchetes dos jornais cariocas O Globo, O Dia e Meia-Hora de Notícias, e valendo-se do conceito gramsciano de hegemonia, os autores admitem que a interferência da mídia corporativa na cartografia do mundo coletivo se dá pela tentativa de escamotear o conflito de classes e dissimular a dominação da classe dominante, retratando-a com uma falsa aparência de naturalidade.

Bezerra e Grillo, por sua vez, discutem como a violência dos protestos é apresentada na grande mídia e nos coletivos midiativistas. A distinção tem propósitos analíticos e não ignora o caráter complexo, eventualmente contraditório, das narrativas em disputa. Metodologicamente, os autores articulam levantamento histórico, análise documental e observação participante, recurso que confere um colorido especial em meio aos demais artigos que compõem o dossiê. A proximidade com seu objeto, porém, não conduz a maniqueísmos, tampouco compromete o rigor analítico e o distanciamento necessário à pesquisa acadêmica qualificada, dado que, cientes das armadilhas que ela pode acarretar, os autores logram exercer aquela vigilância epistemológica salutar à boa prática científica. Ao invés de, sob o véu positivista da

objetividade científica e da neutralidade axiológica, ocultarem o fator ideológico inevitável em análises dessa natureza, Bezerra e Grillo explicitam seu posicionamento ético-político sem, contudo, descuidarem de uma cuidadosa fundamentação teórica e empírica em sua argumentação, abrindo assim a questão principal de nossa terceira e última seção – o confronto entre novas e velhas mídias.

3. NOVAS E VELHAS MÍDIAS

Henriques abre esta seção descrevendo como as manifestações sociais no Brasil foram difundidas por meio das redes sociais na internet e como as tecnologias móveis de comunicação e informação tiveram papel chave na ampliação e potencialização dessas informações na sociedade brasileira durante os eventos, transformando-os em redes sociais conectadas por aparatos móveis.

Tal perspectiva se coaduna com a de Rothberg, Luvizoto e Vanzini, que analisam a plataforma online “O Participatório: Observatório Participativo da Juventude”, uma interessante iniciativa de comunicação pública da Secretaria Geral da Presidência da República, em parceria com o Centro de Computação Científica e Software Livre da Universidade Federal do Paraná, encarregado do desenvolvimento, hospedagem e manutenção da plataforma, e com a Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que propôs conteúdos. Canal de diálogo entre governo e sociedade civil, espaço de interação, debate, crítica, resposta e elaboração de propostas de políticas públicas, a plataforma foi concebida em 2011 e entrou em atividade em 2013, como uma das respostas do governo federal aos protestos desse ano. A investigação, apoiada em sólida bibliografia sobre movimentos sociais e ativismo digital, identificou uma maior presença do elemento contestatário nas intervenções, bem como a necessidade de elaboração de novas estratégias, por parte do governo, no sentido de estimular um engajamento mais propositivo por parte da juventude.

Carreiro estuda as novas formas de ativismo virtual, ou e-ativismo, com destaque para as articulações em rede entre movimentos globais e ações locais. O foco da análise são as táticas de ação *black bloc*, das origens do fenômeno a sua recente aparição no Brasil. Metodologicamente, aliando análise quantitativa e qualitativa, os autores empenham-se em identificar padrões de postagens nas três principais páginas do Facebook relacionadas ao *Black Bloc* no país, entre agosto e outubro de 2013. Os padrões foram buscados a partir da identificação de postagens associadas a cinco categorias pré-definidas: reforço de identidade; mobilização; cobertura; relatos; referência à mídia. Cabe destacar a minúcia empregada na descrição, teoricamente bem lastreada, das operacionalidades técnicas dos dispositivos digitais em rede e sua instrumentalização motivacional, organizacional, informativa e crítica por parte dos e-ativistas.

Brignol parte de uma observação exploratória em ações de protesto na cidade de Santa Maria, região central do Rio Grande do Sul. Foram combinadas estratégias de observação online e *offline*, aliadas a entrevistas com participantes das manifestações. A análise permite discutir como uma rede social como o Facebook é apropriada pelos agentes para construir uma pauta plural de reivindicações, refletir sobre suas formas de ação, colocar em contato diferenças, criar sentimentos de pertença e vínculos entre sujeitos com posicionamentos diversos e, ainda, construir dinâmicas de interação e visibilidade para as ações de protesto.

Casadei analisa as técnicas composicionais das fotografias publicadas por álbuns fotojornalísticos online sobre os protestos de junho de 2013. Esses álbuns apresentam fotografias de profissionais e amadores consideradas “as melhores” desse evento e, curiosamente, as fotografias escolhidas possuem várias técnicas de composição em comum, analisadas sob a perspectiva dos efeitos de sentido que as técnicas de composição engendram para entrever quais foram as significações urdidas a esse acontecimento nesses espaços.

Aliando pesquisa teórica e empírica em torno de “mestiçagens” estéticas entre o audiovisual televisivo profissional e imagens amadoras, resultantes, entre outros fatores, da sobreposição de funções impostas aos jornalistas das grandes empresas de comunicação, possibilitadas pelas novas tecnologias, o artigo de Brito d'Andréa discute a apropriação de vídeos amadores sobre os protestos de junho de 2013 no Brasil, produzidas para a internet, por parte de webTvs pertencentes a grandes grupos midiáticos de tradição impressa. A distinção entre “imagens violentas” e “imagens de violência” é também problematizada, bem como a legitimação de certas imagens mediante estratégias de edição intermediáticas. O autor interessa-se principalmente em “discutir o potencial impacto das imagens 'amadoras' para estabelecer laços, provocar, instigar o debate, surpreender ou mesmo indignar seus espectadores.”

Ziller contrasta informações imagéticas veiculadas pelo Jornal Nacional sobre as Jornadas de Junho em São Paulo com parte daquelas que circularam nas redes no mesmo período. Metodologicamente, faz uso da semiótica e conclui que as últimas possuem maior riqueza informativa – não necessariamente maior credibilidade – do que as primeiras, que tendem à uniformidade. Sugere também que “a multiplicidade de pontos de vista, técnicas e abordagens que compõem as informações encontradas nas mídias sociais [...] altera, ao menos parcialmente, a percepção das informações veiculadas pela mídia tradicional [...]”.

Satuf atualiza o debate em torno dos critérios de noticiabilidade jornalística à luz das manifestações de 2013 no Brasil. Após revisar panoramicamente a literatura sobre o tema, bem como aquela referente ao profundo impacto causado na vida das pessoas pela popularização das mídias móveis em conexão com as plataformas sociais online, Satuf propõe o acréscimo de três novos valores-notícia: *hashtag*, por sua propriedade de indicar a extensão ou representatividade de um fato; a redundância, que tenderia a assegurar maior credibilidade a um discurso de ampla circulação; e a participação, devido ao crescimento da cultura do compartilhamento. Tal acréscimo justificar-se-ia, em suma, devido à profundidade deste impacto, que permite inclusive a aproximação analítica entre as “jornadas de junho”, a “primavera árabe”, o “occupy” e outros movimentos, na medida em que todos ilustrariam uma nova cultura global, marcada por uma verdadeira “mídiafilia” e pela conexão ubíqua e potencialmente permanente entre todos.

Encerrando esta seção, Bentes descreve a emergência de novas formas de midialivrismo e midiativismo em que a linguagem e a experimentação, outrora vinculadas apenas ao cinema documental ou de vanguarda, criam outra partilha do sensível. A autora considera a importância das mídias online, mídias livres e midiativistas como decisiva na constituição de uma nova forma de experimentar a política, pois a multidão constitui uma esfera pública em rede, autônoma em relação aos sistemas midiáticos e políticos tradicionais.

A seção Opinião deste volume traz três contribuições. O artigo de Pretto descreve a apropriação das tecnologias de informação e comunicação pela juventude na

cobertura das manifestações e a crise instalada na tradicional mídia de massa, analisando os conceitos de educação que estão postos em debate e fazendo uma crítica à visão produtivista que toma conta da educação em todo o mundo. A partir dessas considerações, o autor propõe a implantação de um “ecossistema pedagógico de aprendizagem e de produção de culturas e conhecimento” como sendo uma das possibilidades para a escola enfrentar os desafios contemporâneos. Em seguida, temos o Manifesto Pacifismo Negro, assinado por Ciro Oiticica, ativista que participou da ocupação da Câmara Municipal do Rio de Janeiro em agosto e setembro de 2013. Finalizando esta seção, o artigo de Santos e Sobrinho propõe uma série de observações sobre a queda dos governos de Mubarak e Morsi, no Egito, a partir de entrevistas e conversas realizadas na cidade do Cairo. Além de alguns relatos que procuram captar a percepção dos entrevistados sobre momentos conturbados da política egípcia, o texto das autoras traz informações sobre o desenrolar dos conflitos locais, destacando a participação das mulheres e o papel dos movimentos populares.

Visto em sua totalidade, o conjunto de visões contrastantes apresentado neste dossiê pode ser entendido como parelho à miríade de vozes que compõem a ecologia das ruas e das redes no contexto das manifestações populares contemporâneas. Esperamos que tal multiplicidade ajude o leitor a ampliar seu entendimento sobre esse significativo momento político da história brasileira e mundial.

Boa leitura.